

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2019

1. Contexto Operacional

A Fusam Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava foi instituída pela Lei Municipal nº 2076 de 17 de Novembro de 1983, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

Tem como missão prestar assistência médico-hospitalar, da melhor qualidade, para as pessoas de todos os grupos sociais da cidade de Caçapava.

É composta pelas unidades de Hospital, Pronto Socorro (Adulto e Infantil) e Ambulatório de Especialidades.

Os recursos são oriundos dos serviços médicos decorrentes dos atendimentos aos pacientes: do Sistema Único de Saúde – SUS, de convênios, de atendimentos a particulares; de transferências financeiras da Prefeitura Municipal de Caçapava, de doações de pessoas jurídicas e pessoas físicas, e eventualmente a Fusam arrecada fundos por meio da participação em eventos.

A Fusam possui os seguintes certificados:

Utilidade Pública Federal pela Portaria nº 1.176 de 03/10/2002.

Utilidade Pública Municipal – Lei 2.085 de 23/02/1984.

CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - processo 71010.001017/2003-64.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei 6.404/76 – Lei das Sociedades Anônimas e posteriores.

Estas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com o ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros.

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em reais (R\$), e estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

A publicação dessas demonstrações contábeis ocorrerá após a apresentação das mesmas em assembleia dos conselhos: Administrativo e Curador.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

2.2.1. Receitas e Despesas

As receitas e despesas são contabilizadas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através de comprovantes de recebimento, entre eles: Recibos, Avisos Bancários, estando respaldadas por documentos; e ou formalizações destes atos pela administração da fundação. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais, Recibos e demais documentos em conformidade com as exigências do fisco legal.

2.2.2. Receitas de Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência à alta do paciente.

2.2.3. Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado quando do lançamento das mesmas às aplicações da entidade.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e pagamento de fornecedores, juros sobre empréstimos, e atualização de passivos (Parcelamentos).

2.2.4. Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

As doações são advindas de pessoas físicas e jurídicas.

2.2.5. Gratuidades

No ano de 2019, a fundação registrou a liberação de exames não coberto pelo SUS, no valor de **R\$68,57 (SESSENTA E OITO REAIS E CINQUENTA SETE CENTAVOS)**, registrando o valor apurado como gratuidade.

2.2.6. Recursos recebidos para execução de projetos

Os recursos monetários obtidos com a celebração e a execução de projetos na área de saúde são registrados na conta de bancos em contrapartida de conta patrimonial do passivo. Essa receita é lançada no resultado quando do registro da despesa relacionada ao custeio de despesas relacionadas a estes projetos.

Estes registros são efetuados em conformidade a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, e à medida que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

2.2.7. Aplicação de Recursos

Os recursos foram utilizados para custeio e manutenção dos serviços da fundação.

2.2.8. Trabalho Voluntário

O CFC – Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002 que menciona a necessidade de contabilização dos “serviços voluntários” utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

A Administração da fundação entende que os “serviços voluntários” existentes atualmente são referentes aos membros dos “Conselhos” e os membros não são remunerados, conforme disposição legal e estatutária.

Nesse sentido, o trabalho voluntário dos membros integrantes dos órgãos da Administração da fundação, no exercício de suas funções, está reconhecido em Nota Explicativa pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Ademais a Fundação não recebeu a doação de serviços oferecidos por jurídicas.

2.2.9. Caixa e equivalentes de caixa.

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 120 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

2.2.10. Contas a Receber

Estão apresentadas a valores de realização. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída com base na Resolução CMN nº 2.682/99 - que dispõe sobre critérios de classificação e regras para a constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, prevendo a classificação dos créditos em ordem crescente de risco e com percentuais proporcionais a estes riscos - está em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas.

- | | |
|------------------------------|--------------------|
| a) atraso entre 15 e 30 dias | risco nível B, 1%; |
| b) atraso entre 31 e 60 dias | risco nível C, 3%; |

- | | |
|-------------------------------|----------------------|
| c) atraso entre 61 e 90 dias | risco nível D, 10%; |
| d) atraso entre 91 e 120 dias | risco nível E, 30%; |
| e) superior a 180 dias | risco nível H, 100%; |

A entidade não traz os valores de créditos a receber ao seu valor presente por serem de vencimento de curto prazo e compatíveis com o seu ciclo operacional.

2.2.11. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição reduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

Nota. Em 2015 a Fundação contratou a empresa STAFF Auditoria & Assessoria – EPP, empresa especializada em consultoria patrimonial, para efetuar o levantamento, conferência e cadastramento de todos os bens móveis da entidade, incluindo a comparação dos bens contabilizados com os efetivamente encontrados.

Os relatórios – objetos desta contratação – não foram encaminhados à contabilidade para os devidos exames e contabilização.

A apuração da depreciação dos itens adquiridos nos anos posteriores foi efetuada e baseada em critérios definidos pela consultoria realizada em 2011 pela empresa AfixCode.

Ressalto que a contratação do levantamento patrimonial, tinha como finalidade primordial, a atualização e controle dos bens de propriedade da entidade. O reconhecimento e resultado deste trabalho serão contabilizados após avaliação dos conselhos deliberativos da fundação, e seus efeitos serão ajustados contra a conta de Déficit Acumulado, após autorização da assembleia.

2.2.12. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Depreciação	
Aparelhos de Medicina e Cirurgia	1 - 20 anos
Computadores e Periféricos	1 - 9 anos
Edificações	3 - 25 anos
Equipamentos	1 - 18 anos
Equipamentos Eletrônicos	3 - 10 anos
Ferramentas	5 - 6 anos

Instalações	10 anos
Máquinas	2 - 18 anos
Móveis e Utensílios	1 - 10 anos
Veículos	9 - 10 anos

2.2.13. Intangível

Os softwares adquiridos pela fundação têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

2.2.14. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativo é de 5 (cinco) anos.

2.2.15. Demais Ativos e Passivos Circulantes e não circulantes

São registrados de acordo com o princípio de competência. São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Os valores relativos às obrigações a recolher referente a “Parcelamentos” estão registrados com os acréscimos legais até da data de encerramento do período contábil – 31/12/2019.

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.2.16. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a fundação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Os custos são registrados no resultado.

2.2.17. Obrigações Tributárias

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza da isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com o Artigo 150 da CF/88. Ela goza também de isenção de outros tributos federais, como a COFINS e PIS sobre Faturamento. A tributação sobre rendimentos de aplicação financeira obedece à legislação em vigor e é retida na fonte.

Está isenta do pagamento de impostos municipais.

2.2.18. Estimativas Contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Fundação. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua pela Fundação.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam ter um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 4 – Contas a Receber – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota 19.3 – Provisão de Reserva para Contingências

2.2.19. Patrimônio Social

Representado pelo Patrimônio Social inicial, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, reduzido do déficit acumulado; acrescido e/ou reduzido pelo superávit e/ou déficit apurados anualmente.

O Patrimônio Líquido negativo está demonstrado sob o título “Passivo a Descoberto”, conforme Resolução CFC 1.049/2005.

2.2.20. Superávit e/ou Déficit do Exercício

Será incorporado ao patrimônio social após avaliação dos membros conselheiros.

2.2.21. Das Demonstrações Contábeis

Em conformidade as Normas Brasileiras de Contabilidade a entidade elaborou:

Balanço Patrimonial

Demonstração do Déficit

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

As fundações estão dispensadas da elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (NBC T 3.4) por estar incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.

2.2.22. Demonstração do Resultado Abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado.

A demonstração do resultado abrangente está demonstrada em conjunto as Demonstrações do Superávit e Déficit.

3. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa.

Os recursos financeiros, que a Fundação possui, mas que estão vinculados a execução de projetos estão apresentados na rubrica de recursos com restrição.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o total de caixa e bancos, era composto da seguinte forma:

	R\$	
	2019	2018
Valores em Caixa	2.900,00	4.900,00
Valores em Conta Corrente sem Restrições	353.680,77	10.036,04
Valores em Conta Corrente com Restrições	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>356.580,77</u>	<u>14.936,04</u>

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são representadas por investimentos a curto prazo.

	R\$	
	2019	2018
Valores Aplicados sem Restrições	69.605,44	27.730,94
Valores Aplicados com Restrições	8.710,65	116.630,17
	<u>78.316,09</u>	<u>144.361,11</u>

Os recursos financeiros que a Fundação possui, e que estão vinculados a execução de projetos, estão apresentados na rubrica de “recursos com restrição”.

4 – Contas a Receber

As Contas a receber estão assim compostas:

	R\$	
	2019	2018
(+) Créditos Pacientes Particulares	1.950,37	1.950,37
(+) Valores a Receber de Outros Convênios	7.605,83	97.002,00
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos	(1.901,75)	(38.295,41)
	7.654,45	60.656,99

5 – Estoques

O custo dos estoques é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização.

Os estoques estão avaliados pelo custo médio, e estão assim compostos:

	R\$	
	2019	2018
Materiais de Expediente	23.333,12	22.805,01
Materiais de Conservação e Limpeza	29.308,56	25.897,03
Material de Nutrição e Dietética	62.735,22	46.070,07
Material Hospitalar	677.257,85	537.842,43

792.634,75

632.614,54

6 – Tributos a Compensar

Compostos pelos valores pagos de INSS no período de 06/2007 a 10/2011 (cota patronal) que foram objetos de pedido de ressarcimento e/ou compensação à Receita Federal, em virtude da concessão do registro de entidade filantrópica; e de uma GPS – retenção serviços de terceiros paga em duplicidade em 2018.

Em 2019 ajustamos os valores de acordo com valores apresentados pela Receita Federal.

	R\$	
	2019	2018
INSS a Recuperar	7.973.387,81	16.483.032,36

7 – Outros Ativos Circulantes

Compõem este subgrupo as aplicações em gastos que tenham a realização no curso do exercício subsequente à data do Balanço Patrimonial.

	R\$	
	2019	2018
Créditos com Terceiros	8.874,71	11.172,15
	8.874,71	11.172,15

8 – Ativos não Circulantes

8.1. Outros Ativos não Circulantes

Em 31/12/2019 não registramos movimento em contas deste grupo.

8.2. Imobilizado

8.3. Intangível

A Fundação promoveu a avaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado em dezembro de 2011, com base em laudo emitido por peritos independentes, apurando a mais valia de R\$18.892.874,69 (Dezoito Milhões Oitocentos Noventa e Dois Mil, Oitocentos e setenta quatro reais e sessenta nove centavos).

O registro contábil teve como contrapartida a conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no subgrupo do Patrimônio Social.

A Fundação também efetuou a revisão das vidas úteis do ativo imobilizado.

Em 2017 a Fundação reverteu o saldo proveniente do laudo de avaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado - R\$18.892.874,69 (Dezoito Milhões Oitocentos Noventa e Dois Mil, Oitocentos e setenta quatro reais e sessenta nove centavos) e o saldo da Depreciação Acumulada R\$5.732.371,53 (cinco Milhões, setecentos e trinta e dois mil, trezentos e setenta um reais e cinqüenta três centavos). Os registros contábeis foram em contrapartida a conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no subgrupo do Patrimônio Social.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o total de imobilizado, sem restrições, era composto da seguinte forma (valores em R\$):

		31/12/2019			31/12/2018	
<u>Ativo Imobilizado</u>	<u>Taxas anuais de Depreciação</u>	<u>Custo de Aquisição</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Valor Residual</u>	<u>Valor Residual</u>	
Ap.de Medicina e Cirur.	10	1.049.291,31	615.425,51	227.889,25	227.889,25	
Computadores e Perif.	20	407.810,92	388.621,02	2.201,63	2.201,63	
Direito de Uso	0	3.353,66	-	3.353,66	3.353,66	
Edificações	4	354.863,04	354.863,04	5.404,02	5.404,02	
Equipamentos	10	492.558,13	390.718,20	113.764,02	113.764,02	

Equip.Eletrônicos	20	193.703,80	137.052,57	35.307,62	35.307,62
Ferramentas	20	807,10	807,10	-	-
Instalações	10	859.883,72	851.238,15	58.183,98	58.183,98
Máquinas	10	112.755,00	91.604,14	27.551,00	27.551,00
Móveis e Utens.	10	1.566.078,72	1.263.440,83	155.466,05	155.466,05
Terrenos	0	1.688.505,79	-	1.688.505,79	1.688.505,79
Veículos	20	151.760,39	151.760,39	-	-
Imob.Aguard.Tombam.	0	1.100,00	-	4.277,01	4.277,01
Imob.em Construção	0	-	-	-	-
Total do Imobilizado		6.882.471,58	4.245.530,95	2.636.940,63	2.321.904,03

31/12/2019

31/12/2018

<u>Ativo Intangível</u>	<u>Taxas anuais de Depreciação</u>	<u>Valor Corrigido</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Valor Residual</u>	<u>Valor Residual</u>
Oracle Database	20	12.461,59	12.461,59	0	0
Microsoft Windows 2003	20	4.940,24	4.940,24	0	0
Linux	20	1.059,75	1.059,75	0	0
Outros Softwares	20	2.490,00	2.490,00	0	0
		20.951,58	20.951,58	0	0
Total do Imobilizado		6.903.423,16	4.266.482,53	2.636.940,63	2.321.904,03

8.4. Movimentação do Imobilizado foi afetada pelas seguintes operações (valores em R\$):

Movimentação do Ativo Imobilizado		2019	2018
	Saldo Inicial	R\$ 2.321.904,03	R\$ 2.632.659,07
(+)	Adições no exercício	R\$ 563.697,15	R\$ 46.131,56
(-)	Baixas no exercício (Aj.Avaliações)	-	-
(-)	Depreciação no exercício	R\$ (248.660,55)	R\$ (356.886,60)
	Saldo Final	R\$ 2.636.940,63	R\$ 2.321.904,03

*Intangível sem movimentações.

8.5. Metodologia da Avaliação da Vida Útil Econômica

Determinação da vida útil econômica.

Conforme laudo técnico apresentado pela empresa AfixCode, em conformidade a estudos técnicos e ciclo de vida útil para empresas deste segmento, conclui-se que os bens de conteúdo (Aparelhos de Medicina e Cirurgia, Computadores e Periféricos, Equipamentos, Equipamentos Eletrônicos, Ferramentas, Máquinas, Móveis e Utensílios, Veículos e Edificações) receberam vida útil conforme sua espécie com base no estudo dos sub-grupos e em seguida conforme conta contábil.

Depreciação

Aparelhos de Medicina e Cirurgia	1 - 20 anos
Computadores e Periféricos	1 - 9 anos
Edificações	3 - 25 anos
Equipamentos	1 - 18 anos
Equipamentos Eletrônicos	3 - 10 anos
Ferramentas	5 - 6 anos
Instalações	10 anos

Máquinas	2 - 18 anos
Móveis e Utensílios	1 - 10 anos
Veículos	9 - 10 anos

9. Fornecedores

Os valores devidos aos Fornecedores estão compostos pelos saldos de 2019 e exercícios anteriores, e apresentados segregados pela descrição:

	R\$	
	2019	2018
Fornecedores de Serviços	2.066.501,87	2.989.104,09
Fornecedores de Materiais	984.323,36	1.000,695,79
	<u>3.050.825,23</u>	<u>3.989.799,88</u>

10. Parcelamentos: Impostos e Contribuições

10.1. Parcelamentos

Todos os parcelamentos estão segregados em Curto e Longo Prazo.

		Valores em R\$	
	N° de Parcelas	2019	2018
FGTS - Lei 11.345/2006	12	264.000,00	252.000,00
PGFN - Procuradoria Geral do Fazenda Nacional		-	-
IRRF - Lei 11.941	12	<u>312.000,00</u>	<u>311.337,37</u>
Total de Parcelamentos no Curto Prazo		<u>576.000,00</u>	<u>563.337,37</u>

11. Obrigações com Pessoal

Estão assim dispostos:

	R\$	
	2019	2018
Empréstimos Consignados Folha de Pagto.	116.306,33	105.526,34
Pensões Alimentícias a Pagar	7.219,92	2.884,06
Rescisões Trabalhistas a Pagar	0,00	0,00
Salários a Pagar	1.075.149,92	987.198,17
Indenizações Trabalhistas a Pagar	2.787.771,79	0,00
Clube Mafersa	2.625,28	2.444,58
	3.989.073,24	1.098.053,15

12. Provisão de Férias

	R\$	
	2019	2018
Provisão de Férias	2.031.253,19	1.733.961,11
Encargos Sociais Prov.Férias	182.812,78	156.056,49
	2.214.065,97	1.890.017,60

Os valores de provisão de férias foram estimados – mensalmente - tendo como base o valor bruto da FOPG acrescido de 1/3; e ajustados pela provisão gerada pelo sistema (SIAM) em 12/2019.

Encargos estimados sobre provisão de férias: FGTS e PIS/PASEP.

13. Obrigações Sociais e Previdenciárias

	R\$	
	2019	2018
Contribuições a Sindicatos a Recolher	633,29	339,13
FGTS a Pagar	194.035,12	175.613,64
INSS a Pagar *	166.199,94	139.700,73
PIS/PASEP a Recolher	15.892,39	14.634,74
	376.760,74	330.288,24

*Em 31/12/2019 contavam sem pagamentos, as retenções de INSS (FOPG e Autônomos) e retenção Serviços Terceiros competências 12/2019.

14. Obrigações Tributárias Fiscais

Nos valores de Obrigações Acessórias estão os descontos relativos às contribuições: I.S.S.Q.N, COFINS, CSL e PIS/PASEP das empresas prestadoras de serviços, com vencimento para janeiro e fevereiro de 2020.

	R\$	
	2019	2018
IRRF a Recolher	1.226.663,28	1.272.060,66
Obrigações Acessórias	41.903,34	18.846,02
	1.268.566,62	1.290.906,68

15. Empréstimos e Financiamentos

Sem empréstimos ativos e/ou em vigência.

16. Receitas e Custos com contratos de parceria.

16.1 Receitas e Custos com contratos de parceria - EDUCASUS.

O saldo dos recursos do contrato de parceria junto a FEHOSP, do ano de 2018, no valor de R\$30.687,67 foram utilizados no custeio das atividades do projeto de TELEMEDICINA no ano de 2019. O valor do convênio é creditado à conta da Fundação para custeio anual da participação da fundação no projeto EDUCASUS. Os recursos recebidos serão repassados a empresa Ata Tecnologia, que é a responsável pela manutenção técnica das transmissões.

Estes valores foram registrados em: receitas, custo e contas bancárias, bem como no passivo circulante.

<u>Movimentação do Projeto</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo Inicial	R\$ 30.687,67	R\$ 15.227,27
(+) Recebimentos		R\$ 23.854,42
(-) Custos	R\$ 22.387,32	-R\$ 8.643,99
(+) Rendimentos	R\$ 408,83	R\$ 249,97
Saldo Final	R\$ 8.709,18	R\$ 30.687,67
cta.aplicação Bco.do Brasil 61.076-3 - com restrições	R\$ 8.709,18	R\$ 30.687,67
	R\$ 8.709,18	R\$ 30.687,67

A Fundação não obteve nenhum resultado financeiro por essa parceria nem foi remunerada pela execução do projeto.

O saldo de R\$8.709,18 representam os montantes já recebidos financeiramente pela fundação que ainda não haviam sido empregados nos propósitos a que se destinavam.

16.2 Receitas e Custos com contratos de parceria - SICONV.

Em 2016 a Fundação recebeu recursos do SICONV no valor de R\$200.000,00 a serem utilizados na compra de equipamentos. Este valor está em conta de aplicação com acréscimo dos rendimentos por ocasião do Balanço, sendo o saldo da conta Banco do Brasil nº 34.503-2 (R\$1,47) ao qual aguardamos a transferência ao FNS.

17. Honorários Médicos

	R\$	
	2019	2018
Honorários Médicos	267.552,29	296.889,39
	267.552,29	296.889,39

18. Outras Obrigações

O montante de R\$800,07 é referente a cheques que aguardam a compensação.

19. Passivo Não Circulante

As obrigações a longo prazo referem-se:

19.1. Parcelamentos: Impostos e Contribuições a Pagar

	N° de Parcelas	Vr em Dez/2019 em R\$	Vr em Dez/2018 em R\$
IRRF - Lei 11.941	58	4.441.345,16	1.423.891,18
FGTS - Lei 11.345/2006	97	1.611.616,30	1.799.500,55
		6.052.961,46	3.223.391,73

Sendo demonstrado no Longo Prazo as parcelas a vencer em data superiores ao encerramento do próximo exercício contábil.

19.2. Dívidas com Tributos Federais

Em Junho de 2018 recebemos do Ministério da Saúde ofício informando a exclusão da Fundação do PROSUS. A partir deste momento, os valores devidos retornam às condições para negociação e parcelamento junto à Receita Federal, e não há mais a remissão da dívida.

Após a exclusão do PROSUS as dívidas da fundação retornaram com as atualizações (Juros, Multas e Encargos Legais).

Os débitos são de contribuições devidas ao INSS – R\$ 36.592.311,68 e PIS/PASEP – R\$200.342,59, totalizando R\$36.792.654,27.

19.3. Provisão de Reserva para Contingências

A Fundação possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis, em andamento, que envolvem responsabilidades de contingentes. Os processos encontram - se em fase de defesa. As provisões para contingências foram estabelecidas pela administração da fundação levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas prováveis no montante de **R\$356.284,39** (base em 31/12/2019).

Sendo a composição:

	Valor em Dez/2019 (R\$)	Valor em Dez/2018 (R\$)
Provisão Reserva para Contingências -	356.284,39	2.418.979,82
Sendo:		
Processos Cíveis		1.665.610,79
Processos Trabalhistas	356.284,39	753.369,03
	356.284,39	2.418.979,82

A entidade tem **ações de natureza trabalhistas**, envolvendo riscos e perdas classificados pela administração como possíveis e remotos, no montante de R\$20.254.557,59, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída de acordo com a CPC PME.

A entidade tem **ações de natureza Cível e Fiscal**, envolvendo riscos e perdas classificados pela administração como possíveis, no montante de R\$17.555.748,21, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída de acordo com a CPC PME.

20. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Conforme estatuto social, a Fundação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não distribuindo qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de participação em superávits. Desta forma, o resultado – seja superávit ou déficit é integralmente incorporado ao patrimônio social.

Na hipótese de dissolução ou extinção da Fundação, o eventual patrimônio remanescente será destinado à entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou a entidade pública, a critério da instituição.

O Superávit do exercício de 2010, no montante de **R\$2.149.970,23**, após apreciação pelo conselho, foi integrado a conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Superávit do exercício de 2011, no montante de **R\$738.911,69**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2012, no montante de **R\$3.212.715,57**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2013, no montante de **R\$1.264.241,96**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2014, no montante de **R\$5.215.113,19**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Superávit do exercício de 2015, no montante de **R\$112.901,27**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava

O Déficit do exercício de 2016 no montante de **R\$10.411.883,78**, após apreciação pelo conselho, será integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2017 no montante de **R\$9.425.668,32**, após apreciação pelo conselho, será integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

Déficit do exercício de 2018 no montante de **R\$11.996.444,81**, após apreciação pelo conselho, será integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

Déficit do exercício de 2019 no montante de **R\$2.196.877,20**, após apreciação pelo conselho, será integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

21. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em 2017 a Fundação reverteu o saldo proveniente do laudo de avaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado - R\$18.892.874,69 (Dezoito Milhões Oitocentos Noventa e Dois Mil, Oitocentos e setenta quatro reais e sessenta nove centavos) e o saldo da Depreciação Acumulada R\$5.732.371,53 (cinco Milhões, setecentos e trinta e dois mil, trezentos e setenta um reais e cinquenta três centavos). Os registros contábeis foram em contrapartida a conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no subgrupo do Patrimônio Social.

22. Ajustes de Exercícios Anteriores

Referem-se a ajustes decorrentes de regularizações contábeis decorrentes de conciliações.

Descrição	Aumento da Despesa	Aumento da Receita
Ajustes Impostos	R\$3,00	
Ajustes Despesas		R\$5.293,10
Ajustes Atualização débitos tributários	R\$2.946.341,49	
Ajustes Convênios	R\$90.356,65	
Ajuste Provisões		R\$36.393,66
		(R\$ 2.995.014,38)

Total ajustado no exercício de 2019 - **R\$2.995.014,38 (devedor)**.

23. Receitas

23.1 Transferências

A **Prefeitura Municipal de Caçapava** transferiu a fundação no ano de 2019 – para custeio dos pacientes SUS e manutenção dos serviços - o montante de **R\$39.357.245,50** (TRINTA E NOVE MILHÕES, TREZENTOS E CINQUENTA SETE MIL, DUZENTOS E QUARENTA CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

23.2 Doações Recebidas

No exercício de 2019 a Fundação recebeu doações de: gêneros alimentícios (Cestas Básicas), mercadorias e materiais hospitalares, material para manutenção e reforma no montante de **R\$582.078,79** - em doações de Pessoas Jurídicas e Físicas.

Descrição	R\$	
	2019	2018
Donativos de Particulares - Pessoa Física	71,86	-
Donativos de Particulares - Pessoa Jurídica	582.006,93	688.084,53
Total	582.078,79	688.084,53

23.3 Outras Receitas

Descrição	R\$	
	2019	2018
Multas Inexecução Contratual	2.582,19	0,00
Xerox	978,50	
Eventuais	195.928,38	3.045,48

Total**199.489,07****3.045,48****Custos e Despesa Operacionais****24.1 Custos dos Serviços Prestados**

Descrição	R\$	
	2019	2018
Material de Consumo	3.410.510,32	3.434.451,73
Serviços Médicos	9.959.332,76	10.815.976,94
Serviços de Terceiros	954.238,07	913.176,89
Total	14.324.081,15	15.163.605,56

24.2 Encargos Sociais e Administrativos

Descrição	R\$	
	2019	2018
FGTS	1.586.586,90	1.497.832,05
PIS/PASEP FOPG	198.721,38	186.490,14
Total	1.785.308,28	1.684.322,19

24.3 Despesas Administrativas

Descrição	R\$	
	2019	2018
Água	143.232,97	132.302,07
Energia Elétrica	450.795,14	372.993,55

Telefone	31.449,28	43.395,30
Outros Serviços e Utilidades	12.595,78	17.287,67
Tributos e Contribuições		
Despesas Administrativas - outras	45.264,59	20.542,34
Total	683.337,76	586.520,93

24.4 Despesas Financeiras

Descrição	R\$	
	2019	2018
IOF	295,84	0,00
IR - Aplicação	3,00	0,00
Descontos Concedidos	0,06	1.153,51
Despesas Bancárias	15.003,34	12.329,70
Juros e Multas	7.415,71	9.061,97
Perdas Financeiras	0,00	0,00
Total	22.717,95	22.545,18

24. Imunidade do Imposto de Renda e Isenção das Contribuições Previdenciárias e Sociais

A Fusam é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do IR - Imposto de Renda e isenta da CSLL - Contribuição Social sobre o Superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes:

PIS/PASEP – contribuição de 1% incidente sobre o montante da Folha de Pagamento.

I.S.S.Q.N – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – isenta dos recolhimentos sobre as receitas próprias de sua atividade social.

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – isenta sobre as receitas próprias de suas atividades sociais.

Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias:

1. Somente àquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (IN SRF n° 247 de 21/11/2002, artigo 47, § 2º.)
2. Os recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista (IN SRF n° 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

Caso estas obrigações fossem devidas estariam assim dispostas:

Descrição	Alíq	2019	2018	2017	2016	2015
Imposto de Renda PJ	1,20%	Resultado Negativo	Resultado Negativo	Resultado Negativo	Resultado Negativo	R\$ 1.354,82
CSSL	1,00%	Resultado Negativo	Resultado Negativo	Resultado Negativo	Resultado Negativo	R\$ 1.129,01
ISS sobre Receitas	3,00%	R\$ 3.452,83	R\$ 936.100,56	R\$ 1.023.495,04	R\$ 1.031.489,19	R\$ 1.047.156,75
COFINS	3,00%	R\$ 3.452,83	R\$ 936.100,56	R\$ 1.023.495,04	R\$ 1.031.489,19	R\$ 1.047.156,75
PIS sobre Receitas	0,65%	R\$ 748,11	R\$ 202.821,79	R\$ 221.757,26	R\$ 223.489,32	R\$ 226.883,96
INSS - Cota Patronal		R\$ 4.702.573,05	R\$ 4.572.284,14	R\$ 5.081.704,85	R\$ 4.572.284,14	R\$ 4.278.262,59
Descto.Fatura Sabesp	50,00%	R\$ 143.232,97	R\$ 133.273,56	R\$ 137.282,51	R\$ 133.273,56	R\$ 154.549,45
		R\$ 4.853.459,79	R\$ 6.780.580,61	R\$ 7.487.734,69	R\$ 6.992.025,40	R\$ 6.754.009,50

Em observação ao artigo 32º. da **Portaria n° 1.970 de 16/08/2011**, o número de atendimentos a pacientes do SUS foi superior ao limite mínimo estabelecido de 60%, em relação ao total de atendimentos efetivados pela Entidade, como segue:

Total da Prestação de Serviços em 2019

Atendimentos	Quantidade	%
SUS	511.325	99,79%
Convênios	1.066	0,21%
Total	512.391	100%

25. Outras Informações

a) Legislação Fiscal

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes a legislação específica aplicável.

b) Cobertura de Seguros

Em 2019, não houve a contratação de seguro predial.

c) Bens em Consignação

Os bens consignação são transferidos para uso pela entidade, não há contrato especificando responsabilidades, bem como não é possível determinar as responsabilidades da fundação quanto ao uso manutenção e período de usufruto destes itens.

Em 2019 constavam na fundação itens de terceiros em consignação:

	Fornecedor		Valor do Fornecedor
	Abbot Laboratório do Brasil Ltda	R\$	23.636,62
Equipamentos	Air Liquide do Brasil S.A	R\$	83.777,13
	Biofast Medicina	R\$	5.070,00
	CentroVale Soluções	R\$	184,20
	Cirurgica São José Ltda	R\$	184,20
	Gasball Aramazenamento e Distr.	R\$	3.000,00

Intervale Informática	R\$	770,00
Office Vale	R\$	34.873,28
Oxymed Assist. Técnica	R\$	13.382,00
Prefeitura Municipal de Caçapava	R\$	754.658,01
Samtronic Industria e Comércio Ltda	R\$	19.600,00
Y.R. Iglesias	R\$	350,00
	R\$	939.485,44

d) Trabalho Voluntário

Durante o exercício de 2012 o CFC – Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002 que menciona a necessidade de contabilização dos “serviços voluntários” utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

A Administração da fundação entende que os “serviços voluntários” existentes atualmente são referentes aos membros dos “Conselhos” e os membros não são remunerados, conforme disposição legal e estatutária.

Nesse sentido, o trabalho voluntário dos membros integrantes dos órgãos da Administração da fundação, no exercício de suas funções, está reconhecido em Nota Explicativa pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Ademais a Fundação não recebeu a doação de serviços oferecidos por jurídicas.

Os cálculos foram efetuados considerando salário base do Presidente sendo 01 reunião mensal com a média de presença de 04 membros conselheiros; portanto:

Base Salarial - Salário Superintendente em 12/2019					R\$10.351,96	220 hrs
Meses	Reuniões	Número de Conselheiros	Dedicação em Hrs	Remuneração		
Janeiro	1	4	2	R\$ 376,44		
Fevereiro	1	4	2	R\$ 376,44		
Março	1	4	2	R\$ 376,44		

Abril	1	4	2	R\$ 376,44
Maio	1	4	2	R\$ 376,44
Junho	1	4	2	R\$ 376,44
Julho	1	4	2	R\$ 376,44
Agosto	1	4	2	R\$ 376,44
Setembro	1	4	2	R\$ 376,44
Outubro	1	4	2	R\$ 376,44
Novembro	1	4	2	R\$ 376,44
Dezembro	1	4	2	R\$ 376,44
				R\$ 4.517,28

***Valor estimado.**

26. Eventos Subsequentes ao encerramento do exercício

Em 06 de Março de 2012, através do Ato Declaratório Executivo nº 4 a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté, reconheceu a isenção, com efeitos retroativos a partir de 14/06/2007, das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei 8.212/1991 – INSS Patronal à Fusam. Portanto a partir do ano de 2012 o órgão (RFB) deverá proceder com os ajustes e lançamentos dos créditos oriundos dos pagamentos da cota Patronal do INSS efetuados no período de Junho de 2007 a Outubro de 2011, o que invariavelmente, há de proporcionar uma expressiva redução dos valores constantes em parcelamentos com a restituição do crédito tributário. O montante estimado em conformidade a relatórios da RF é de R\$7.973.387,81 (registrado em Tributos a Recuperar / Compensar).

Em 2014, a fundação solicitou o ingresso no PROSUS – Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos, em conformidade a Lei nº 12.873 de 24/10/2013. O programa objetiva para aquelas entidades que se encontrem em grave situação econômica - financeira, a concessão de moratória e remissão das dívidas vencidas no âmbito da SRF - Secretaria da Receita Federal do Brasil e da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A moratória e remissão das dívidas proporcionará uma expressiva alteração na movimentação do patrimônio da fundação.

Em Junho de 2018 recebemos do Ministério da Saúde ofício informando a exclusão da Fundação do PROSUS. A partir deste momento, os valores devidos retornam às condições para negociação e parcelamento junto à Receita Federal, e não há mais a remissão da dívida.

Em 2015 a Fundação contratou a empresa STAFF Auditoria & Assessoria – EPP, empresa especializada em consultoria patrimonial, para efetuar o levantamento, conferência e cadastramento de todos os bens móveis da entidade, incluindo a comparação dos bens contabilizados com os efetivamente encontrados. Os relatórios – objetos desta contratação – não foram encaminhados à contabilidade para os devidos exames e contabilização.

A apuração da depreciação dos itens existentes e adquiridos para os anos posteriores a 2011 foi efetuada e baseada em critérios definidos pelas consultoria realizada no ano de 2011 (AfíxCode). Ressalto que a contratação do levantamento patrimonial, tinha como finalidade primordial, a atualização e controle dos bens de propriedade da entidade e a realização de ajustes contábeis. O reconhecimento e resultado deste trabalho serão contabilizados após avaliação dos conselhos deliberativos da fundação, e seus efeitos serão ajustados contra a conta de Déficit Acumulado, após a autorização das assembleias dos conselhos.

Análise Econômica – Financeira

Demonstramos, nesta análise, a evolução da saúde econômica e financeira da fundação no período compreendido entre Janeiro a Dezembro de 2019.

Em dezembro de 2019 a fundação, encerrou o exercício com déficit financeiro (excluídas os valores em contas correntes com depósito de recursos vinculados).

Em 2019 houve um aumento expressivo das receitas da fundação, já as despesas diminuíram por conta dos ajustes aos passivos tributários da fundação.

A Receita Total de 2019 foi superior à receita de 2018 em, aproximadamente, 17%

Destacamos a participação expressiva das receitas oriundas da Prefeitura Municipal de Caçapava – R\$39.357.245,50 sendo R\$3 Milhões superiores aos repasses de 2018.

Os índices financeiros não são os ideais.

A composição do endividamento indica que a concentração de dívidas é maior no longo prazo. No entanto, a existência de débitos tributários sem parcelamento e/ou acordo e negociação – em virtude da expressividade dos valores – pode vir a ser um grande problema se o débito for ajuizado.

A fundação apresentou um Déficit da ordem de **R\$2.196.877,20**.

Após estas movimentações, o Passivo a Descoberto passou para (R\$43.099.865,72).

O ano de 2019 foi bastante intenso para o setor filantrópico da saúde. A ideia de que o País iria evoluir e voltar ao patamar econômico em que se encontrava há alguns anos, com empregos e mais recursos nos cofres públicos, mostrou-se apenas um ideal. Passado o ano ainda estamos longe de alcançar esta aspiração. O ano de 2019 continuou a refletir a grave e difícil crise no cenário da saúde nacional, com reflexos - em especial- para as entidades filantrópicas e públicas.

Os governos passam por escassez e dificuldades na geração de recursos financeiros, e a fundação tem sofrido com as medidas protecionistas anunciadas, em especial cortes em seu orçamento.

Por outro lado, a crise aumenta o desemprego, e isto também afeta – diretamente - a fundação e seus serviços, com a perda da assistência da saúde privada os beneficiários passam a ser assistidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde, o que aumenta os gastos com a manutenção e assistência ao sistema público de saúde.

Em virtude deste cenário a gestão da fundação continuará a ter muitas dificuldades. Deverá manter todas as ações iniciadas para conter o crescimento dos gastos e continuar a buscar mais eficiência na gestão destes recursos. Evidentemente, continua-se a buscar outras fontes de receitas, mas que, aguardam as definições e deliberações dos órgãos reguladores.

Simoni A. A. Sbruzzi

CRC – 1SP165184/0-7 Contadora

Celso Viviani Alves

Presidente da Fusam